

EDITORIAL

Este número da Revista *Estudos Bíblicos* foi pensado a partir da proposta temática da Campanha da Fraternidade 2019, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Embora proposto pela Igreja Católica, o tema se impõe a cada pessoa e à sociedade como um todo, pois ultrapassa o âmbito das Igrejas e das Religiões. Ultrapassa também o ano e a ocasião, visto que o término da Campanha não esgota a reflexão sobre o assunto nem a realização de sua proposta.

O tema da Campanha “Fraternidade e políticas públicas” tem objetivo bem claro: “Estimular a participação em Políticas Públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade” (CF, 2019, n. 12).

O lema da Campanha “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1,27) dá inspiração literal para o título deste número de Estudos Bíblicos: “Libertação pelo direito e pela justiça”.

Libertação, direito e justiça formam uma trilogia inseparável, na Bíblia, na história da humanidade e na situação do mundo atual, particularmente do Brasil. A injustiça persiste, como um mal a perseguir a humanidade, com ambientes que lhe parecem preferenciais.

No caso de nosso país, é conhecida como um refrão a assertiva do “um por cento detém metade das riquezas”. A realidade injusta é visível a olho nu, e os dados concretos estão disponíveis em inúmeras fontes de pesquisa, físicas ou virtuais.

A Campanha da Fraternidade, ao analisar os três poderes do país, com dados ilustrativos, afirma sobre o poder legislativo: “Na comparação internacional, o Brasil parece possuir um dos poderes legislativos mais caros do mundo” (CF, 2019, n. 35). Sobre o poder executivo, declara: “Com o passar do tempo, as despesas do poder público cresceram com base na maior complexidade da sociedade e economia brasileira” (CF, 2019, n. 39). Com relação ao poder judiciário, repete: “Em comparação com outros países, o Brasil possui um dos poderes judiciários mais caros do mundo (1,4% do PIB), muito acima do que representa nos Estados Unidos (0,14% do PIB), Inglaterra (0,14% do PIB), Itália (0,19% do PIB), Alemanha (0,32% do PIB), entre outros” (CF, 2019, n. 43).

A luta pela justiça não é de hoje. Vem das civilizações mais antigas e percorre toda a história da humanidade, como um fio condutor a orientá-la. Responde ao

clamor das categorias mais desamparadas. De acordo com a CF, 2019 (n. 110), “a ‘justiça’ é a razão pela qual nos preocupamos com os mais pobres dentre o povo, representados pela tríade: a viúva, o órfão e o estrangeiro, para que haja o direito na sociedade”.

A Bíblia testemunha a “libertação pelo direito e pela justiça”. Ela não apresenta receitas prontas para um programa atual de políticas públicas, mas aponta caminhos claros, com sólida fundamentação teológica. Equivale a analisar a realidade presente, com suas contradições e paradoxos, com o olhar do próprio Deus. A Palavra de Deus opera como uma lente divina para ver, julgar e agir sobre as situações concretas da vida.

O versículo bíblico que dá o lema da Campanha da Fraternidade e o tema destes artigos soa assim, no original: “Sião será libertada pelo direito, seus cativos, pela justiça” (Is 1,27). O contexto é de uma lamentação do profeta sobre a cidade de Jerusalém, no texto denominada Sião (Is 1,21-28). A situação dramática da capital é descrita com palavras duras e realistas. A cidade fiel transformou-se numa prostituta. Ladrões e assassinos nela habitam. Suborno e corrupção tomam conta dos governantes e juízes. Não fazem justiça ao órfão e à viúva.

Perante esse quadro catastrófico, o profeta pronuncia um oráculo em nome do Senhor Javé dos Exércitos, o Forte de Israel (Is 1,24). E a partir de então Jerusalém será chamada “Cidade da Justiça e Cidade Fiel” (Is 1,26). Na sequência, cai a palavra transformadora de libertação, direito para os habitantes da cidade e justiça para quem retorna do cativo.

Talvez por julgar tão difícil o estabelecimento da justiça, a Bíblia o projeta para o mundo divino, como uma convicção de que só Deus é justo e capaz de fazer justiça (Sl 145,17). Mas o compromisso com o estabelecimento da justiça na terra compete aos seres humanos. Disso é testemunha toda a Bíblia, e se estabelece como critério de julgamento em diversas passagens. Dentre tantos textos, a parábola do juízo final é ilustrativa, a propósito de situações diversas de injustiça, como fome, sede, migração, falta de roupa, doença e prisão (Mt 25,31-46).

Os artigos deste *Estudos Bíblicos* querem contribuir com a reflexão sobre direito e justiça. Não se restringem ao assunto, mas o relacionam com outros. Constituem, naturalmente, pequenas amostragens. A pertinência bíblica e a importância do tema ultrapassam barreiras e limites. Mas o presente estudo representa um estímulo para fixar a memória no que é, de fato, prioritário.

Valmor da Silva, “Em favor de pessoas pobres, enfermas e prisioneiras”, apresenta alguns textos em que figuram listas de pessoas necessitadas de justiça. Essas listas mostram categorias de pessoas carentes e ilustram sua transformação, em vista de relações justas e saudáveis. Por isso, fundamentam as motivações para políticas públicas de qualidade. São páginas bíblicas que se repetem de maneira muito semelhante. Representam textos-chave da Bíblia, como Isaías, Salmos e Lucas. Ora estão na boca de profetas, ora do próprio Deus ou de Je-

sus. Trazem igualmente a preocupação de culturas circunstantes à época bíblica, como os textos de Qumran. O tom dominante das listas propõe ações no sentido de combater pobreza e indigência, libertar de cárceres e prisões, curar cegueira, deficiência e opressão, eliminar fome, acolher migração, sustentar orfandade e viuvez, amainar dores de doença e morte...

Ludovico Garmus, “Violência e misericórdia segundo os Profetas Bíblicos”, abre a série de artigos em torno à profecia. E não poderia ser diferente, em se tratando da “libertação pelo direito e pela justiça”. Nesse artigo, o autor explana a ação de vários profetas em combater a violência, em vista do amor misericordioso. Essa transformação se desenha logo de início, quando a violência dos povos vizinhos tenta barrar a formação do povo de Israel, e os profetas, como intermediários da Palavra de Deus atuam de maneira crítica e denunciatória. Na profecia dos séculos VIII/VII a.C., tem-se a melhor representação da denúncia profética contra a violência, e em favor da ação misericordiosa de Deus. Servem de exemplo Amós, Oseias, Isaías, Miqueias e Habacuc. A misericórdia é o lado materno de Deus que oferece às categorias mais fragilizadas o apoio da verdadeira promoção humana.

Daniilo Dourado Guerra e Hamilton Matheus da Silva Ribeiro, “Justiça social em foco: o livro de Amós e suas influências para o movimento profético veterotestamentário”, aprofundam o assunto com enfoque particular sobre a profecia de Amós. O profeta é apresentado como um pioneiro na luta pela justiça, em meados do século VIII a.C. Era um momento em que Israel gozava de prosperidade, à custa de abuso de poder, com exploração dos pobres, principalmente dos agricultores. Direito e justiça constituem conceitos fundamentais que sustentam a pregação do profeta. Marcam, de igual forma, a sua vocação e suas atitudes. Amós enfrenta o conflito com o poder constituído, contra o sacerdote representante do rei, no próprio templo mantido pelo poder político. Sua palavra, em favor das categorias marginalizadas, abre denúncias tanto no campo cultural quanto no social.

Mariosan de Sousa Marques e Rosemary Francisca Neves Silva, “Direito e justiça na teologia do Proto-Isaías”, destacam outro profeta contemporâneo de Amós. Direito e justiça constituem igualmente a base da pregação desse profeta chamado Proto-Isaías ou primeiro Isaías, contida em Is 1–39, obra do iniciador da grande tradição isaiana. Proveniente da nobreza de Jerusalém e atuando junto aos governantes, Isaías levanta a voz contra os desmandos do poder, condena as alianças políticas e insiste na confiança em Deus. O livro atribuído ao primeiro Isaías (Is 1–39) compõe-se de materiais diversos, de épocas e assuntos variados, mas não desvia o olhar dos seus dois assuntos centrais, que são o Santo de Israel e a justiça social. Daí decorre a sua profecia como teologia da Palavra de Deus. Por isso, investe com diversos “ais” contra a podridão do sistema e chama a atenção para a compaixão de Deus, capaz de suscitar um messias para restaurar a nação.

Omar João da Silva, “Os símbolos utópicos de um mundo melhor em Is 11,1-9”, detalha aspectos do projeto messiânico num texto particular de Isaías.

Esse oráculo de paz é um dos poemas mais belos da Bíblia e, quiçá, da literatura universal. A sua exegese resulta numa análise detalhada que põe em realce a utopia de uma era paradisíaca, com justiça, sabedoria e paz. Por trás da beleza poética, o texto apresenta críticas ao Império Assírio e à elite de Jerusalém, na época do rei Ezequias. Ao propor um broto da raiz de Jessé, critica também a linhagem davídica do messias. Os ideais simbólicos do texto de Isaías respondem aos anseios por um futuro melhor, das pessoas desvalidas do continente latino-americano atual. Isaías para Israel, assim como o eco de suas palavras para a atualidade, denunciam as trevas caóticas em vista de um mundo pacífico e harmonioso, entre seres humanos, natureza e Deus.

Cleide Bom Rodrigues; Ildo Perondi e Patrícia Zaganin Camilo Rosa, “As mulheres seguiam e serviam Jesus em Lc 8,1-3”, tematizam um texto específico do Novo Testamento. No relato sobre o grupo de mulheres da Galileia que seguiam a Jesus e o serviam, o artigo se concentra sobre esse serviço, dito em grego *diakonia*. A diaconia consiste no serviço “com seus bens”. Esses bens, em grego *yparchónton*, não se reduzem a posses materiais, mas sim às possibilidades delas, de acordo com o carisma que cada qual possuía. Nessa diaconia pode ser identificada a contribuição ímpar das mulheres, na Igreja e na sociedade, em vista de políticas públicas para o bem comum e para o Reino de Deus. A análise está em coerência com a obra de Lucas como um todo, assim como em alinhamento com o uso do termo *yparchónton* no Novo Testamento. Está em coerência também com a atuação histórica das mulheres, e em alinhamento com o seu protagonismo nas pastorais e ministérios em que atuam, em vista da justiça e da fraternidade.

Fabrizio Zandonadi Catenassi e Ildo Perondi, “A fraternidade da Igreja de Tessalônica como resistência à vida social no império (1Ts 1,1-10)” trazem a amostra do início da primeira Carta de Paulo aos Tessalonicenses. Esses versículos introdutórios delineiam a proposta de libertação pelo direito e pela justiça, conforme a vontade de Jesus, frente ao sistema de opressão imposto pelo Império Romano. Na pequena comunidade de Tessalônica se delineiam com clareza os valores do cristianismo, fundado em Deus Pai, em Jesus Cristo e na força do Espírito Santo. É uma assembleia alternativa ao sistema imperial, porque busca a fé operante, a caridade laboriosa e a esperança constante. As perseguições temperam a comunidade para reagir, a ponto de servirem de exemplo às demais. A fé na ressurreição dá a certeza da vida plena e verdadeira.

Tantos e tantos textos bíblicos caberiam nessa temática! Que essas amostras sirvam de aperitivo para alimentar a nossa esperança na “libertação pelo direito e pela justiça”.

Rosemary Francisca Neves Silva
Valmor da Silva
(Coordenação deste Número)